

Advogada pede R\$ 300 mil

Recife — A advogada de 25 familiares de vítimas da hemodiálise, Rita de Cássia Lins e Silva, entra segunda-feira na Justiça Federal com uma ação indenizatória pedindo um teto mínimo de R\$ 300 mil para cada família.

A ação é contra o Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde do Estado e a Secretaria de Infra-Estrutura de Pernambuco, a Secretaria de Saúde de Caruaru e os diretores do Instituto de Doenças Renais de Caruaru (IDR), Bráulio Coelho, Antônio Bezerra Filho e Idelfonso Rodrigues.

A advogada alega omissão, negligência e imprudência dos médicos e dos poderes públicos em relação ao controle e fiscalização da água utilizada pela clínica, o que, para ela, qualifica "ato ilícito".

Rita de Cássia ressalta que caberá ao juiz determinar o valor da indenização e frisa que a ação irá promover a apuração e julgamento dos fatos através "do único poder com competência para isto, que é a Justiça Federal".

Acrescenta que a intenção do governo federal, através do ministro Adib Jatene, e do governo do Estado, através da CPI da Assembleia Legislativa, de conceder pensão de dois salários mínimos às vítimas, não invalida o pedido. "O que eles querem dar não é indenização, mas uma pensão especial", observa.